

Setor de Atividade, Posição na Ocupação, Escolaridade e os Rendimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – principais mudanças no período de recuperação econômica (2004 a 2008).

1. Introdução.

O presente artigo investiga os determinantes dos rendimentos recebidos pelos ocupados na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Seu foco principal são as mudanças verificadas entre 2004 e 2008, período marcado por um desempenho muito favorável do mercado de trabalho. Nessa análise, atenção especial é dada à influência de variáveis como setor de atividade, posição na ocupação e escolaridade. Ênfase especial é dada à variável escolaridade, dada a sua grande contribuição para os diferenciais de renda no Brasil. Outra preocupação central são as modificações relativas à posição na ocupação, importantes devido a todas as transformações que se deram a partir da década de 1990, com o crescimento da terceirização e da precarização das relações de trabalho. Procura-se também perguntar em que grau esse período de bom desempenho e grande criação de postos de trabalho formal reverte as tendências mais negativas ocorridas nos anos 90.

Os anos 2000 tem sido marcados por significativa melhoria na distribuição de renda no Brasil, com expressivos impactos sobre a redução da pobreza. Esse resultado tem sido influenciado pelos avanços da política social verificados a partir dos anos 90, assim como pelas políticas de fortalecimento do salário mínimo. Nos anos 90, os avanços na área social foram negativamente compensados pelo mal desempenho do mercado de trabalho que, ao penalizar sobretudo os grupos mais vulneráveis, impediu que ocorresse melhoria na distribuição de renda. Nos anos 2000, no entanto, os dois vetores passaram a atuar na mesma direção, o que foi possibilitado pelo bom desempenho do mercado de trabalho. Entre os ocupados, houve uma queda da desigualdade entre grupos educacionais, refletindo, além das políticas de valorização do salário mínimo, os efeitos do maior grau de escolarização e a maior oferta de oportunidades de trabalho para os trabalhadores com menor qualificação.¹ Como consequência de todo esse processo, o índice de gini caiu de 0,6 em 1996 para 0,56 em 2005, com uma queda da proporção de pobres de 30%, em 1995, para 23% em 2006 (Arbix, 2007).

Apesar da significativa melhoria recente, o Brasil ainda apresenta uma das piores distribuições de renda do mundo, resultado muito influenciado pelas desigualdades de escolaridade e pela alta sensibilidade da renda aos anos de estudo, muito superior à verificada em outros países. Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 409) atribuíam à escolaridade a capacidade de explicar dois terços das fontes de desigualdade identificáveis no país. Os autores enfatizavam que os diferenciais de escolaridade explicavam 47% da desigualdade salarial no Brasil, contra apenas 15% nos Estados Unidos. Conclusões semelhantes foram encontradas por Ramos e Vieira (2001), segundo os quais os diferenciais de escolaridade, quando avaliados em conjunto com outras variáveis, explicavam 25% da desigualdade total de renda.² Em estudos prévios para a RMBH, utilizando o índice de Theil, encontramos que diferenciais de renda entre grupos de escolaridade explicavam, em 2001, 37,6% da desigualdade de renda entre os ocupados, influência que caiu para 36,2% em 2004 (Fundação João Pinheiro, 2003; Guimarães, 2006). Apesar de mudanças recentes, a escolaridade ainda continua tendo um impacto muito alto sobre a renda recebida, o que se reflete nos altos diferenciais de renda entre as pessoas com escolaridade superior e aquelas com baixa escolaridade. Tudo isso torna muito importante observar como, passados alguns anos e em um momento mais favorável do ciclo econômico, a renda vem sendo afetada pela escolaridade.

¹ Enquanto a renda real média, no período 2001 a 2005, cresceu 0,9% ao ano, a renda média dos 10% mais ricos caiu 0,3%, enquanto a dos 10% mais pobres aumentou 8% ao ano (Arbix, 2007).

² Vale enfatizar que a importância conferida à escolaridade não implica abraçar alguma teoria específica. Constata-se apenas a existência de forte correlação entre a renda recebida e o grau de escolaridade.

O período em análise (2004 a 2008) foi marcado pela recuperação da atividade econômica, o que permite observar os impactos dessa fase positiva do ciclo sobre os rendimentos. A fase do ciclo afeta o impacto de certas variáveis, incluindo a escolaridade, sobre a renda recebida. Isto ocorre porque os trabalhadores com menor qualificação tendem a sofrer mais em momentos de crise, pois têm menor poder de barganha e estão mais suscetíveis a demissões e a redução nos rendimentos. Em contraponto, em momento de recuperação, a combinação entre oferta e demanda por trabalho menos qualificado pode favorecer os trabalhadores com menor escolaridade.³ Essa tendência, verificada no período em questão, tende a ser particularmente favorecida pelo bom desempenho da construção civil e do setor comércio, setores com alta capacidade de absorver trabalhadores menos qualificados.

Um outro importante foco de observação diz respeito aos impactos da posição na ocupação sobre a renda. O Brasil é caracterizado por um mercado de trabalho dual, em que apenas uma parcela limitada consegue postos de trabalho no setor formal e tem acesso aos direitos trabalhistas. Este é um resultado das características do nosso processo de industrialização e desenvolvimento que, caracterizado por uma oferta ilimitada de mão de obra, contribuiu para o acirramento da dualidade, levando ao crescimento de um mercado informal caracterizado pela prevalência de postos de trabalho precário. Além da influência desse processo histórico, deve-se destacar que a alta informalidade é também afetada pela legislação trabalhista, marcada pela incidência de muitos encargos sobre a folha de salários e pela pouca flexibilidade na definição dos contratos de trabalho, o que leva, em muitos casos, à opção pelo contrato informal de trabalho. A contrapartida da alta informalidade é a segmentação do mercado de trabalho, com pessoas com atributos similares tendo acesso a postos de trabalho diferentes e recebendo rendas diferentes.

Tudo isso faz da posição na ocupação uma variável importante para explicar as desigualdades de renda e de condições de vida no Brasil. Em 2001, diferenças na posição na ocupação explicavam 16% das desigualdades de renda na RMBH, influência que subiu para 17% em 2004 (Guimarães, 2006). A influência dessa variável leva a observar como os diversos grupos se comportaram ao longo do ciclo econômico, investigação que torna-se mais importante em face das políticas de aumento do salário mínimo e das medidas adotadas visando reduzir a informalidade. Em outras palavras, trata-se de observar o comportamento das diferentes categorias de posição na ocupação nos últimos anos, procurando identificar impactos advindos do aquecimento da atividade econômica e das políticas adotadas pelo governo.

Em síntese, o artigo analisa os fatores que influenciam o rendimento obtido pelas pessoas no mercado de trabalho. Procura-se identificar as principais mudanças verificadas nos últimos anos em termos de impacto dos setores econômicos, do gênero, da idade, da posição da ocupação e da escolaridade. No caso da posição da ocupação, procura-se observar como o movimento de recuperação econômica e de aumento da formalidade reflete sobre o rendimento das respectivas categorias. No que diz respeito à escolaridade, procura-se identificar como, além do referido impacto do ciclo econômico, a sensibilidade da renda à escolaridade pode estar sendo afetada pelo crescimento do grau de escolaridade da população. Esse é um ponto muito importante quando se considera a ainda grande desigualdade de renda no país e a grande contribuição que a escolaridade tem para esta desigualdade.

³ Ramos (1993) fala da tendência de, na crise, as empresas valorizarem os trabalhadores mais qualificados, no intuito de preservar os gastos feitos com qualificação, enquanto os menos qualificados tendem a ser descartados mais facilmente. Em estudo sobre os anos 70 e 80, Ramos (1993) concluiu que em períodos de grande crescimento econômico, em que a economia aproximou-se do pleno emprego, houve uma elevação relativa da renda dos menos escolarizados em relação aos ocupados com escolaridade mais alta. De forma inversa, os trabalhadores menos qualificados sofreram mais com a crise dos anos 80.

O artigo está dividido da seguinte forma. A segunda seção explora algumas mudanças que ocorrerem no mercado de trabalho brasileiro a partir da metade dos anos 90. Essas transformações são importantes para entender certas características do mercado de trabalho e para situar a base sobre a qual se insere o momento de recuperação do mercado de trabalho. A seção 3 inicia a análise dos determinantes dos rendimentos, destacando o comportamento dos setores econômicos ao longo do período analisado. A seção 4 aborda os impactos da posição da ocupação, enquanto a seção 5 explora os efeitos da escolaridade. Enfim, a seção 6 destaca o impacto de outras variáveis, enquanto a seção 7 conclui o artigo.

2. Reestruturação e ciclos no mercado de trabalho:

Os anos 90 foram marcados por fortes mudanças na economia brasileira. Mudanças significativas se deram no campo macroeconômico, com o fim da alta inflação e com a maior abertura comercial e financeira. Houveram mudanças também a nível micro organizacional, resultado da maior abertura da economia, da importação de técnicas gerenciais, da adoção de novas relações de trabalho (Lima e Abdal, 2007). Destaca-se, portanto, um forte movimento de reestruturação produtiva e organizacional, com grandes impactos sobre o mercado de trabalho, incluindo a incorporação de tecnologias poupadoras de mão de obra. Houve também um movimento de distribuição intersetorial da mão de obra, com queda da ocupação na indústria (principalmente em São Paulo) e crescimento do setor serviços, destacando os serviços produtivos.

Uma forte consequência desse processo foi o impacto muito negativo sobre as pessoas com menor escolaridade. Passou-se a exigir maiores habilidades para lidar com as novas técnicas; pessoas com pouca qualificação, presas muitas vezes a tarefas rígidas, passaram a encontrar dificuldades em um paradigma que valorizava, crescentemente, atributos como a iniciativa e ‘a capacidade de resolver problemas’. Assim, os novos postos criados passaram a exigir maior qualificação, colocando dificuldades para os trabalhadores com baixa escolaridade. Consolidava-se, pois, uma divergência entre o novo perfil exigido e as características de grande parte da mão de obra, resultando em crescimento do desemprego⁴ e, principalmente, em redução da taxa de participação para as pessoas com menor escolaridade.⁵ Um outro resultado foi o crescimento do desemprego de longo prazo.

Todo esse processo de reestruturação foi acompanhado por resultados negativos no mercado de trabalho. Na segunda metade dos anos 90, o número de ocupados cresceu menos do que a PEA, com o conseqüente crescimento do desemprego. Em Belo Horizonte, a taxa de desemprego passou de 11,7% em 1996 para 17% em 1999, até atingir o pico de 17,8% em 2003. O período foi também marcado por forte queda de rendimentos, em todas as regiões do país. Esta queda foi, em geral, mais forte para os autônomos e para os ocupados no setor comércio. Em Belo Horizonte, o rendimento real médio caiu 3,5% ao ano entre 1996 e 1999, em tendência que se propagou para os anos seguintes (Rodarte, Garcia e Guerra, 2007). A partir de 2002/2003, o mercado de trabalho voltou a recuperar-se, com crescimento na ocupação e na criação de postos de emprego formais e com a conseqüente queda do desemprego para 15,6%, em 2005, e para 12,6%, em 2006.⁶ No

⁴ Em 1997, por exemplo, houve, na indústria, uma queda de 9,5% na ocupação daqueles que não tinham sequer a 4ª série e de 7,5% para aqueles que haviam concluído até a 4ª série. Para aqueles com segundo grau incompleto, a queda foi de 4,1%, enquanto que para os ocupados com superior completo foi de 2,9% (Segnini, 2000: 75). É verdade que, em alguns anos, a reestruturação atingiu também os ocupados com superior completo. Mas na média, aqueles com menor escolaridade sofreram bem mais.

⁵ Em face da dificuldade de conseguir emprego, as pessoas tendem a deixar a força de trabalho. Em 2006, a taxa de participação em Belo Horizonte era de apenas 20% entre os analfabetos, de 42% entre aqueles com fundamental completo e de 61% para aqueles com ensino médio incompleto, em contraste com uma taxa de participação de 81% para aqueles com ensino superior completo (Rodarte, Garcia e Guerra, 2007).

⁶ O desemprego tende a atingir mais fortemente as mulheres e os jovens, especialmente aqueles entre 14 e 17 anos (desemprego de 47% em Belo Horizonte em 2006), mas também a faixa entre 18 e 24 anos (desemprego de 24%).

período 2003 a 2005, o rendimento médio ainda cai 0,6% ao ano, vindo a crescer significativamente em 2006 e mantendo o crescimento nos anos seguintes.

Outra tendência foi a mudança nas relações de trabalho. Entre 1995 e 2002, houve um grande crescimento do número de subcontratados, forma de ampliar a flexibilidade da relação trabalhista e reduzir os custos. Na Região metropolitana de São Paulo (RMSP), o número de subcontratados ampliou-se, entre 1995 e 2002, em 45% (Chahad, 2003). Na cidade de Belo Horizonte, o número de subcontratados cresceu 6,3% ao ano entre 1996 e 1999, a única categoria de assalariados do setor privado que teve aumento nesses anos. Entre 1999 e 2003, esse crescimento foi de 3,9% ao ano, para passar a diminuir a partir de então, chegando a decrescer abruptamente em 2006 (Rodarte, Garcia e Guerra, 2007).

A reestruturação foi marcada também pelo crescimento dos trabalhadores sem carteira e dos autônomos. Segnini (2000: 74), usando dados do Ministério do Trabalho, enfatiza que o emprego sem carteira no Brasil teria crescido de 13,6% do total dos ocupados, em 1989, para 27,3% em 1995. Chahad (2003), analisando a RMSP, mostra como essa tendência continua na segunda metade da década: entre 1995 e 2002, o número de trabalhadores sem carteira aumentou 34,8%, enquanto o número de autônomos cresceu 29,6%. Assim, o momento de reestruturação foi marcado pelo crescimento tanto da terceirização como do assalariamento sem carteira e do trabalho por conta própria. Essa tendência também se verificou em Belo Horizonte, com um crescimento da participação dos assalariados sem carteira, dos autônomos e dos subcontratados entre 1999 e 2003.

A contrapartida desse movimento foi o mal desempenho da criação de postos formais na segunda metade dos anos 90. Mas a partir de 1999, há uma recuperação do assalariamento formal, o que se associa, segundo Chahad (2003), à retomada das exportações, resultado da forte desvalorização cambial naquele ano. Segundo Chahad, também o Programa Simples, voltado a simplificar o pagamento de impostos de pequenas empresas, teria contribuído para o crescimento do assalariamento formal. Assim, na RMSP, o aumento dos postos formais, entre 1999 e 2002, compensou a queda verificada no período 1995 a 1999, de forma que a situação em 2002 era próxima à verificada em 1995. Em Belo Horizonte, o assalariamento com carteira cresce 2,9% no período 1999-2003 e 5,5% no período 2003 a 2005, com a tendência de crescimento se conservando nos anos posteriores e sendo revertida, apenas, durante os primeiros meses da crise de 2008, para depois se recuperar. Todo esse movimento vem refletindo o bom momento da economia brasileira (e mineira) a partir de 2003.

Assim, observa-se, entre 1995 e os dias atuais, um certo movimento cíclico, com o período de recuperação sendo marcado pela reversão de certas tendências verificadas na década de 1990. Isso é ilustrado, por exemplo, pela taxa de desemprego, que em 2006 aproximava-se do nível vigente em 1996. Nota-se também a recuperação da participação do emprego assalariado formal entre os ocupados, depois da queda inicial. Na cidade de Belo Horizonte, por exemplo, a participação dos assalariados com carteira no total dos ocupados era, em 2006, mais de 3 pontos percentuais superior à verificada em 1996.

Mas notam-se também mudanças estruturais. Destaca-se, sobretudo, a persistência de novas relações de trabalho, com o fenômeno da subcontratação (ou terceirização). Outra tendência são as menores oportunidades para os indivíduos com menor escolaridade, que tem se refletido na expulsão de parte desse grupo da população economicamente ativa. Um resultado correlato é o crescimento no tempo médio de procura por emprego. Na RMSP, o mesmo passou de 22 semanas em 1995 para 51 semanas em 2002 (Chahad, 2003). Em Belo Horizonte, o crescimento foi de 33 semanas em 1996 para 54 semanas em 2006 (Rodarte, Garcia e Guerra, 2007). Na mesma direção, a proporção de desempregados a mais de um ano passou de 6,4%, em 1996, para 24%, em 2006. Caracterizam-se, portanto, um sério problema social e um grande desafio para as políticas de

emprego, principalmente para as políticas de qualificação, que encontram-se ainda em estágio bem incipiente.

3. Rendimentos na RMBH: a influência do setor de atividade.

Entre 2004 e 2008, o rendimento médio dos ocupados na RMBH aumentou 18,4%, em um período de forte criação de postos formais de trabalho. A fase de crescimento reverteu um longo período de queda, em que o mal desempenho do mercado de trabalho afetou negativamente os rendimentos e também a oferta de vagas de emprego. Nessa e nas próximas seções, exploram-se algumas mudanças na estrutura da ocupação, assim como o efeito de algumas variáveis sobre o rendimento real médio obtido na RMBH.

Os setores de atividade apresentam diferenças significativas no que diz respeito às relações de trabalho e aos requisitos para contratar mão de obra. Portanto, o desempenho de cada setor, influenciado por fatores exógenos (afins ao ciclo econômico), tende a ter influência significativa sobre os resultados do mercado de trabalho, assim como sobre o impacto de outras variáveis sobre o rendimento. O período em questão caracteriza-se pelo bom desempenho da indústria, influenciado pelo dinamismo da economia internacional e pelas exportações de commodities e de automóveis. Os setores comércio e serviços também acompanharam a recuperação, enquanto a construção civil teve um desempenho muito favorável, refletindo a recuperação do ciclo imobiliário e as políticas de estímulo adotadas pelo governo.

Nota-se, entre 2004 e 2008, um crescimento da proporção de pessoas ocupadas na indústria e na construção civil em mais de um ponto percentual (tabela 1). Este resultado reverte o que havia ocorrido entre 2001 e 2004, em que tanto a indústria como a construção civil haviam perdido participação no total dos ocupados. Nota-se também, entre 2004 e 2008, uma significativa redução da proporção de pessoas empregadas no serviço doméstico (3 pontos percentuais), uma tendência que não havia se manifestado no período 2001–2004, marcado pelo pior desempenho e por maiores dificuldades no mercado de trabalho.

Tabela 1: Distribuição e rendimento real médio dos ocupados, segundo setores de atividade econômica - RMBH – 2004 e 2008

SETOR DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		Renda Média (R\$ NOV-2008)	
	2004	2008	2004	2008
Indústria	14,2	15,6	1041,00	1163,00
Construção Civil	6,0	7,2	772,00	942,00
Comércio	14,3	14,3	761,00	919,00
Serviços	53,8	54,3	1080,00	1251,00
Doméstico	11,7	8,6	342,00	433,00
Total/Média	100,0	100,0	923,00	1097,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Em relação aos rendimentos, nota-se que os maiores aumentos se verificaram no serviço doméstico (25%), na construção civil (22%) e no setor comércio (20,7%). O aumento no setor serviços (15,8%) e na indústria (11,7%) foram menores do que aquele verificado para a média dos ocupados. O bom resultado para o serviço doméstico se explica não apenas pelo aumento do salário mínimo, mas também pela interação entre oferta e demanda, que se traduz, por exemplo, no aumento salarial das diaristas.⁷ Quando olhamos a situação nos países desenvolvidos, em que esse

⁷ Entre 2006 e 1999., o número de diaristas cresceu 5,3% ao ano, enquanto os ocupados no serviço doméstico cresceu apenas 0,2% ao ano, refletindo pois a queda no número de domésticos mensalistas (Rodarte, Garcia e Guerra, 2007).

tipo de serviço é muito bem pago, podemos estimar uma tendência de elevação dos rendimentos, mesmo que demore ainda algum tempo, dadas as especificidades do nosso mercado de trabalho e a grande proporção de mão de obra com baixa qualificação.

Vale contrastar esses resultados com aqueles verificados para o período 2001 a 2004, quando o rendimento médio da indústria havia crescido (em contraste com a queda média dos rendimentos para os ocupados) e a queda da renda do comércio (15%) havia sido a mais significativa (Guimarães, 2006). Como uma hipótese, pode-se atribuir o resultado atual verificado na indústria à tendência das empresas, durante período de desaceleração, a priorizar os trabalhadores com maior qualificação e demitir os menos qualificados. Com a recuperação, há rápida criação de vagas, muitas delas com rendimentos mais baixos. Já no caso do comércio, trata-se de um setor muito sensível às variações do ciclo econômico, o que é afetado pelo fato de agregar grande parte do trabalho precário no setor informal. Com a recuperação econômica, subempregos precários tendem a perder importância, o que é acompanhado pela maior contratação no setor formal ou por melhores oportunidades no setor informal. Vale notar que no setor comércio, o principal aumento de renda se verificou para os autônomos (25,8%) e para os assalariados sem carteira (28%), não tendo havido crescimento para os empregadores.

A construção civil é o setor que ocupa a maior proporção de trabalhadores com baixa escolaridade: em 2008, 80% tinham no máximo o primeiro grau completo e 60% não haviam concluído sequer o primeiro grau (tabela 2). Trata-se, assim, de uma atividade estratégica por oferecer vagas de emprego para trabalhadores com baixa qualificação. Assim, o bom desempenho dessa atividade contribui significativamente para a melhoria de oportunidades para o grupo com menor escolaridade, seja por meio da maior oferta de postos no mercado formal ou seja pelo bom comportamento dos rendimentos.

Entre 2004 e 2008, o rendimento médio na construção civil elevou-se de forma significativa para os grupos com menor escolaridade e também para o grupo com segundo grau completo (tabela 2). É interessante notar que, apesar de ser uma atividade caracterizada por um serviço mais físico, a demandar menor escolaridade, há uma diferença significativa de rendimento médio entre os ocupados com segundo grau completo e aqueles que concluíram apenas o primeiro grau (49%), diferença superior à verificada para o total dos ocupados (41,6%).⁸ Este é um indicador de que a escolaridade, ao preparar melhor o indivíduo, abre possibilidades de desempenhar funções que tendem a ser melhor remuneradas pelo mercado.

Tabela 2: Rendimento real médio e distribuição dos ocupados na construção civil, segundo graus de escolaridade – RMBH – 2004 e 2008.

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ NOV. 2008)	
	2004	2008	2004	2008
Até a 4ª série do 1º grau	45,4	36,8	582,00	723,00
5ª a 7ª série	22,0	23,3	666,00	708,00
1º grau completo	15,6	19,8	585,00	720,00
2º grau completo	12,8	14,9	860,00	1079,00
3º grau completo	4,2	5,2	(...)	(...)
Total/Média Geral	100	100,0	1042,00	1164,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

⁸ É interessante notar que mesmo no caso dos domésticos, os trabalhadores com segundo grau completo tendem a receber 11% a mais do que aqueles com o primeiro grau completo.

Houve, na construção civil, uma grande expansão nos postos de trabalho com carteira assinada. Em 2004, apenas 36% dos trabalhadores no setor trabalhava com carteira, proporção que passou para 43% em 2008 (tabela 3). Como contrapartida, houve uma redução da participação dos assalariados sem carteira (de 0,7 pontos percentuais) e uma forte redução na participação dos autônomos (7 pontos percentuais). Trata-se de uma mudança significativa da estrutura dos ocupados, que vai na direção contrária à verificada entre 2001 e 2004, quando, em momento de desempenho mais fraco, a proporção de autônomos no setor havia crescido de 51,9% para 55,1%. Já em termos de rendimentos, notamos um crescimento significativo do rendimento dos autônomos (32%), bem acima da média para a construção civil (22%). A mudança no perfil dos ocupados pode ser explicada pelo grande crescimento do número de contratações em resposta à expansão, que se dá pela via do assalariamento. Por sua vez, há um grande aumento na demanda de serviços prestados por trabalhadores autônomos, como pintores, eletricitas, pedreiros e bombeiros, o que resulta em um agenda mais cheia, na prestação de número maior de serviços e no aumento do preço dos serviços cobrados.

Tabela 3: Distribuição e rendimento real médio dos ocupados na construção civil, segundo a posição na ocupação - RMBH – 2004-2008

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS		RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ NOV. 2008)	
	2004	2008	2004	2008
Assalariado com carteira	35,9	43,1	882,00	1036,00
Assalariado sem carteira	6,6	5,9	(...)	719,00
Autônomos	55,1	48,6	544,00	721,00
Empregadores	2,4	2,4	(...)	(...)
Total/Média Geral	100	100	947,00	1122,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Deve-se também destacar a forte relação que existe entre o desempenho dos setores produtivos e a sensibilidade da renda à escolaridade. A indústria e o setor serviços são setores que empregam, proporcionalmente mais trabalhadores com maior escolaridade⁹ e cuja renda é mais sensível à escolaridade¹⁰. Assim, um desempenho inferior dos rendimentos nesses setores tende a afetar o rendimento dos trabalhadores com maior escolaridade.¹¹ No outro extremo, o comércio e a construção civil, além do serviço doméstico, são os setores que mais empregam, proporcionalmente, trabalhadores com menor escolaridade. Dos ocupados que tinham no máximo o primeiro grau completo em 2008, 12,5% estavam na construção civil, 13,6% no comércio e 15,7% no serviço doméstico (setores que empregam, respectivamente, 7,2%, 14,3% e 8,6% do total dos ocupados). Assim, o bom desempenho dessas atividades, refletindo o bom momento do ciclo econômico, ajuda a explicar as melhores oportunidades para esse grupo de trabalhadores.

Os resultados encontrados para a indústria merecem destaque, principalmente no que diz respeito à forte queda de rendimentos dos ocupados com terceiro grau completo (queda de 15%). Uma redução significativa também se deu em relação ao rendimento dos ocupados na indústria que estão no emprego por cinco anos ou mais (queda de 4,4%). Os dois números, em contraste com o

⁹ Em relação à indústria, vale notar a forte mudança de perfil dos ocupados. Em 2001, havia 36,9% dos ocupados sem primeiro grau completo, participação que caiu para 29% em 2004 e para 23% em 2008, queda de quase 14 pontos percentuais. Para o total dos ocupados, a mesma queda, entre 2001 e 2008, foi de 7 pontos percentuais.

¹⁰ Em 2004, diferenças de renda entre os grupos de escolaridade respondiam por 39% das diferenças de renda na indústria, resultado superior ao verificado para os ocupados e muito superior ao verificado no comércio e na construção civil (Guimarães, 2006).

¹¹ A este respeito, nota-se que o rendimento médio dos ocupados com terceiro grau completo caiu 15% na indústria, tendo ficado estabilizado nos outros setores de atividade (ver tabela 13).

que ocorreu em categorias similares em outros setores, podem estar apontando para os efeitos de reestruturação no setor industrial ou para o enfraquecimento dos sindicatos, acarretando salários menores para os trabalhadores mais qualificados e a mais tempo no trabalho.

Tabela 4: Rendimento real médio e distribuição dos ocupados na indústria, segundo graus de escolaridade – RMBH – 2004 e 2008.

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ NOV. 2008)	
	2004	2008	2004	2008
Até a 4ª série do 1º grau	14,0	10,5	616,00	732,00
5ª a 7ª série	15,6	12,3	606,00	730,00
1º grau completo	23,7	22,4	735,00	857,00
2º grau completo	39,3	46,0	1048,00	1144,00
3º grau completo	7,4	8,8	3722,00	3181,00
Total/Média Geral	100	100,0	1042,00	1164,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Os resultados enfatizados nos parágrafos acima tendem a ser complementados pelos resultados da regressão (anexo). Em 2001, um trabalhador na indústria recebia 2,2% a mais do que um trabalhador no setor serviços com atributos similares. O resultado era negativo em 3,3% para a construção civil, em 5,9% no setor comércio e em 17% no serviço doméstico. Já em 2004, um trabalhador ocupado na indústria tendia a receber, na média, 3,7% a mais do que um ocupado no setor serviços. A mudança ocorre na construção civil, cuja diferença torna-se positiva em 3,2%. No comércio, a influência continua negativa, agora em 4,4%, enquanto no setor doméstico a diferença cai para 16,8%.

Em 2008, mudanças mais significativas ocorrem. Os ocupados na indústria passam a receber 6,6% a mais do que aqueles ocupados no setor serviços com atributos similares. Este é um indicador de que, na média, a indústria continua a oferecer melhores postos de trabalho e a pagar melhor. Assim, a queda relativa de renda média verificada nesse setor está associada à mudança de perfil dos trabalhadores do setor, indicando provavelmente a grande criação de postos de trabalho que exigem qualificação menor do que a média do setor.

Por sua vez, o bom resultado da construção civil é notável: indivíduos com atributos similares em termos de sexo, escolaridade, idade e posição na ocupação tendem a receber 6,9% a mais nesse setor do que no setor serviços, marcando forte contraste com 2001. O resultado para o setor comércio continua negativo em 5,2%, indicando também que o aumento de renda média do setor possa estar associado a uma mudança do perfil dos ocupados, com a maior oferta de postos de trabalho com maior remuneração e a destruição de postos mais precários. Enfim, nota-se a redução significativa do diferencial negativo para o serviço doméstico, uma vez que, na média, um ocupado nesse setor passa, em 2008, a receber 9,6% a menos do que um ocupado no setor serviços com atributos similares.

4. A influência da posição na ocupação:

No período 2004-2008, houve aumento de quatro pontos percentuais na participação dos assalariados com carteira no total dos ocupados (tabela 5). Houve, por sua vez, pequena queda na participação dos assalariados sem carteira e uma queda mais substancial na participação do emprego doméstico. Quando se observa o aumento do rendimento médio por posição na ocupação,

destaca-se que o rendimento médio dos assalariados com carteira aumentou em apenas 12,6%, elevação abaixo da média para os ocupados e similar à verificada para os assalariados do setor público. O aumento, no entanto, foi maior para os assalariados sem carteira (19,6%).¹² Trata-se de um resultado interessante quando se leva em conta que, ao contrário do verificado em períodos anteriores, a melhoria do rendimento relativo dos assalariados sem carteira se deu em um período marcado pela grande criação de postos formais de trabalho.

O maior aumento no rendimento médio se deu para os autônomos (28,3%), estabelecendo um forte contraste com o que vinha acontecendo desde 1996, quando a remuneração média dos autônomos vinha decrescendo bem mais do que para as outras categorias. Esse resultado é mais interessante quando se leva em conta a política de aumentos significativos no salário mínimo que, a princípio, afeta mais os assalariados com carteira do que os autônomos.¹³ **O resultado indica, portanto, a maior sensibilidade da renda dos autônomos às variações no ciclo econômico.** Outro aumento significativo de rendimento foi, como destacado, verificado para o emprego doméstico (aumento de 26,6%). Em contraposição, o rendimento para os empregadores aumentou bem abaixo da média (2%). Os parágrafos abaixo exploram em mais detalhes o que ocorreu para cada categoria de posição na ocupação, perguntando sobre possíveis impactos advindo da regulação do mercado de trabalho e da maior ou menor sensibilidade à fase do ciclo econômico.

Tabela 5: Distribuição e rendimento real médio dos ocupados, segundo a posição na ocupação - RMBH – 2004-2008

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS		RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ NOV. 2008)	
	2004	2008	2004	2008
Assalariado com carteira	42,3	46,7	906,00	1021,00
Assalariado sem carteira	9,3	7,3	575,00	688,00
Assalariados do setor público	13,2	13,5	1621,00	1830,00
Autônomos	18,9	18,9	701,00	900,00
Empregadores	3,2	3,7	2649,00	2722,00
Empregado Doméstico	11,6	8,4	342,00	433,00
Outros	1,5	1,5	2577,00	2742,00
Total/Média Geral	100	100	947,00	1122,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Para os assalariados do setor público, houve, entre 2004 e 2008, aumento do grau de escolaridade, com 42% da categoria tendo concluído o terceiro grau completo (o número era de 36,3% em 2004).¹⁴ Em relação à remuneração, nota-se que esta cresceu menos para os servidores com maior escolaridade: 5,5% para aqueles com terceiro grau completo e 8% para os indivíduos com segundo grau completo. Os maiores aumentos se deram para as categorias com menor grau de escolaridade, reflexo das políticas e das tendências prenunciadas acima. Observando os resultados da regressão, nota-se que, em 2008, os assalariados do setor público recebiam, na média, 17,3% a mais do que os assalariados com carteira com características similares, havendo um aumento em relação a 2004 (quando a diferença era de 11,8%). A diferença se explica principalmente pelos maiores salários pagos a trabalhadores com menor escolaridade.¹⁵

¹² Nota-se que, mesmo no período anterior de desaceleração (2001-2004), o rendimento dos assalariados sem carteira vinha se comportando melhor do que a média, indicativo de que postos melhor remunerados passavam a ser ocupados por meio de uma relação de trabalho que prescindia do contrato formal (Guimarães, 2006).

¹³ O que se quer destacar aqui é que, apesar da deliberada política de aumento do salário mínimo, setores mais sensíveis à variação do ciclo econômico tiveram aumentos ainda maiores. O ponto é explorado mais adiante.

¹⁴ Este é um dado importante. Grande parte dos servidores públicos na RMBH tem o superior completo, sendo a administração pública um dos principais destinos para os ocupados com formação universitária.

¹⁵ A renda média recebida pelos ocupados com primeiro grau completo e por aqueles com segundo grau completo é maior para os assalariados do setor público quando comparados com os demais ocupados (tabelas 6 e 12).

Tabela 6: Distribuição e rendimento real médio dos assalariados do setor público, segundo o grau de escolaridade - RMBH – 2004 e 2008.

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$ NOV. 2008)	
	2004	2008	2004	2008
Até a 4ª série do 1º grau	7,7	4,5	540,00	637,00
De 5ª a 7ª série	3,8	3,5	694,00	620,00
1º grau completo	9,8	7,7	807,00	793,00
2º grau completo	42,4	41,9	1212,00	1276,00
3º grau completo	36,3	42,4	2643,00	2793,00
Média Geral	100	100	1621,00	1830,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Em relação aos assalariados sem carteira, nota-se que o crescimento da escolaridade média do grupo foi inferior a verificada entre 2004 e 2001. Em 2001, apenas 36,8% dos assalariados sem carteira tinham pelo menos o segundo grau, número que subiu para 41% em 2004 e para 43% em 2008. Por sua vez, 5,3% dos assalariados sem carteira tinham terceiro grau completo em 2001, proporção que subiu para 6,9% em 2004 e para 7,8% em 2008.

Tabela 7: Distribuição e rendimento real médio dos assalariados sem carteira, segundo o grau de escolaridade - RMBH – 2004 e 2008.

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$ NOV. 2008)	
	2004	2008	2004	2008
Até a 4ª série do 1º grau	11,6	9,6	409,00	557,00
De 5ª a 7ª série	16,2	13,5	390,00	480,00
1º grau completo	24,5	26,2	384,00	505,00
2º grau completo	40,7	42,9	535,00	715,00
3º grau completo	6,9	7,8	2196,00	1676,00
Média Geral	100	100	575,00	688,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Observando o impacto da escolaridade, nota-se que o rendimento médio dos assalariados sem carteira com terceiro grau completo caiu 24%, em forte contraste tanto com o resultado médio verificado para os assalariados sem carteira como para aquele verificado entre 2001 a 2004 (quando o rendimento desse grupo aumentou em 13,7%, em período de queda do rendimento real entre os ocupados). Esse resultado, na contramão das tendências, parece indicar mudanças na composição do grupo: na crise, mais pessoas qualificadas trabalham sem carteira, movimento que é revertido na recuperação, com a maior oferta de postos de trabalho no setor formal.

No outro extremo, os assalariados sem carteira com até quarta série (aumento de 33,5%) e dos com até segundo grau completo (aumento de 25,4%) tiveram resultados superiores à média dos ocupados. Trata-se de resultados que podem estar indicando o efeito do salário mínimo como indexador também para essa categoria, o aquecimento do mercado e mesmo a oferta de melhores salários para pessoas dispostas a trabalhar sem alguns direitos (e sem encargos, portanto, para o empregador).

Os dados da tabela 8 ilustram a influência da variável posição na ocupação. Um primeiro resultado a destacar é o maior rendimento médio dos assalariados com carteira em todos os setores,

indicativo de que se trata, na média, de postos com maior propensão a atrair trabalhadores mais capacitados. Mas esse resultado reflete também a existência de segmentação do mercado de trabalho, uma vez que indivíduos com atributos semelhantes têm acesso a postos de trabalho diferenciados. Esta conclusão é reforçada pelos resultados da regressão, que mostra que os assalariados sem carteira recebem, na média, 17,4% a menos do que os assalariados com carteira com atributos similares.¹⁶ Já em relação aos autônomos, esses recebiam, em 2008, 12,5% a menos do que assalariados com carteira com características similares, ocorrendo uma melhoria significativa em relação a 2004, quando a diferença negativa era de 24%, e aproximando-se dos resultados observados para 2001 (Guimarães, 2006).

Nota-se, portanto, a redução das diferenças de rendimento entre as posições de ocupação. Para os assalariados com carteira, o maior aumento de rendimentos se deu na construção civil (26%), enquanto o aumento no comércio e no setor serviços foi de 15% e na indústria de apenas 3,5%.¹⁷ Para os assalariados sem carteira, o principal aumento se deu no setor comércio e no setor serviços (28%), mas também na indústria o rendimento dos sem carteira subiu bem mais do que o dos assalariados com carteira. Já para os autônomos, o maior aumento, bastante expressivo, se deu na indústria (51%), seguido pela construção civil (32,5) e pelo setor comércio (25,8%).¹⁸

Tabela 8: Rendimento real médio, por posição na ocupação, segundo setores de atividade econômica - RMBH – 2004 e 2008 (preços – Nov. 2008)

SETOR DE ATIVIDADE	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (1)					
	Renda Média Real (2004)			Renda Real Média (2008)		
	I	II	III	I	II	III
Indústria	1120,00	595,00	660,00	1160,00	708,00	997,00
Construção civil	822,00	...	544,00	1036,00	719,00	721,00
Comércio	728,00	487,00	666,00	838,00	624,00	838,00
Serviços	890,00	542,00	782,00	1024,00	697,00	956,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) I - Assalariado com Carteira; II - Assalariado sem Carteira; III - Autônomo.

Os autônomos compõem o grupo com escolaridade mais baixa, o que reflete o fato de que muitos indivíduos com baixa escolaridade e dificuldades em conseguir emprego tornam-se autônomos, desempenhando alguma atividade para obter a subsistência. Em 2004, apenas 53% dos autônomos havia completado pelo menos o primeiro grau completo e apenas 31,2% havia completado o segundo grau, números que passaram, respectivamente, para 57% e 36% em 2008. Ou seja, em 2008, 43% dos autônomos não tinha sequer completado o primeiro grau. Os autônomos respondem assim por 27% dos ocupados que têm até o primeiro grau completo, proporção muito superior à sua participação no total de ocupados (19%). Devido à baixa escolaridade, trata-se de um grupo em que a escolaridade menos impacta a renda recebida.¹⁹

¹⁶ Esse resultado caiu em relação a 2004, quando a diferença negativa em prejuízo dos assalariados sem carteira era de 23,7%.

¹⁷ O resultados dos assalariados com carteira na indústria, com crescimento bem menor do que a média, é também marcante. Um ponto importante é perguntar sobre possíveis efeitos de reestruturação do setor, embora, como destacado, o resultado pode indicar um grande aumento da contratação de trabalhadores com qualificação abaixo da média do setor. É interessante notar que há na indústria um aumento de quase sete pontos percentuais da participação dos assalariados com carteira, refletindo, provavelmente, a grande criação de vagas para trabalhadores com qualificação baixa ou média. No caso dos autônomos, cuja participação diminui mas os rendimentos aumentam, os resultados devem estar refletindo a maior demanda por serviços.

¹⁸ Nota-se que, nesse último setor, a renda média dos autônomos iguala-se a dos assalariados com carteira.

¹⁹ Em 2004, diferenciais de escolaridade explicavam apenas 15% dos diferenciais de renda entre os autônomos (Guimarães, 2006).

Entre 2001 e 2004, a renda real dos autônomos havia caído para todos os setores de atividade, tendo a maior queda se verificado na indústria (23,4%) e a menor na construção civil (10,2%). A renda havia também caído mais para os autônomos com maior escolaridade (Guimarães, 2006). Entre 2004 e 2008, em contraponto, a renda média dos autônomos subiu para todas as faixas de escolaridade, tendo sido maior nas faixas de menor escolaridade (28% para aqueles com até quarta série e 24% para as faixas seguintes) e menor para o grupo com terceiro grau completo (11,2%). Assim, também nesse grupo a diferença de renda entre os indivíduos com maior e menor escolaridade vem se reduzindo.

Tabela 9: Distribuição e rendimento real médio dos autônomos segundo graus de escolaridade - RMBH – 2004 e 2008.

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$ NOV. 2008)	
	2004	2008	2004	2008
Até a 4ª série do 1º grau	27,6	23,8	505,00	649,00
De 5ª a 7ª série	19,2	18,9	574,00	716,00
1º grau completo	22,1	21,4	625,00	778,00
2º grau completo	27,2	30,9	889,00	1108,00
3º grau completo	4,0	5,0	1806,00	2010,00
Média Geral	100,0	100,0	701,00	900,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Trata-se também de uma categoria que agrega grande parte dos postos mal remunerados e na qual se encontra grande parte dos ocupados que estão situados abaixo da linha de pobreza. Em 2004, 30% dos autônomos recebiam até um salário mínimo, proporção que ficou em 29% em 2008. Vale destacar que dos ocupados que ganham até um salário mínimo, 29% são autônomos e 23,7% são domésticos. No caso dos autônomos, a renda média do grupo que ganha até um salário mínimo é bem inferior, indicador da precariedade do tipo de atividade e da maior propensão dessas pessoas se enquadrarem em situação de pobreza e extrema pobreza. Em 2004, 31,7% dos ocupados que recebiam até um salário estavam no emprego doméstico, tendo ocorrido portanto uma redução significativa, que se explica tanto pela menor proporção de pessoas ocupadas no serviço doméstico como pela elevação do seu rendimento médio. Os assalariados sem carteira têm também uma participação nesse grupo superior à sua participação entre os ocupados, embora a participação tenha caído muito entre 2008 e 2004 (tabela 10).

Vale destacar também os resultados verificados para os assalariados com carteira: em 2004, 15,7% dos ocupados que recebiam até um salário mínimo eram assalariados com carteira, **proporção que cresceu para 28% em 2008**. Embora parte desse resultado possa ser explicado pelo crescimento da participação dos assalariados com carteira entre os ocupados (4 pontos percentuais), o resultado pode também estar refletindo o fato de que uma proporção relativamente maior dos assalariados com carteira passam a receber um salário mínimo. Novamente, o resultado pode estar indicando a maior propensão, durante a aceleração do ciclo, de se abrir postos de trabalho de menor rendimento.²⁰

²⁰ No entanto, é importante perguntar sobre os possíveis efeitos do aumento do salário mínimo e sobre uma possível convergência, dentro do setor formal da economia, dos salários médio em direção ao salário mínimo. Também bastante interessante é o fato de os rendimentos estarem crescendo mais nas categorias não marcadas pelo contrato formal de trabalho.

Tabela 10: Distribuição e rendimento real médio dos ocupados que ganham até um salário mínimo, segundo a posição na ocupação - RMBH – 2004-2008

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS		RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ NOV. 2008)	
	2004	2008	2004	2008
Assalariado com carteira	15,7	28,1	303,00	404,00
Assalariado sem carteira	17,6	13,9	246,00	334,00
Assalariados do setor público	4,7	4,8	295,00	370,00
Autônomos	30,1	29,1	168,00	243,00
Empregadores	(..)	(..)	(..)	(..)
Empregado Doméstico	31,7	23,7	236,00	319,00
Total/Média Geral	100	100	230,00	326,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Há vários grupos de autônomos e sua remuneração é muito afetada pela posse dos instrumentos e pela localização do negócio. Autônomos que trabalham em instalação fora da residência e com posse de instrumentos, especialmente equipamento automotivo, tendem a receber bem mais do que autônomos com residência não adaptada e trabalhando em barracas ou bancas (tabela 11). Comparando 2004 e 2008, notamos uma redução da proporção de autônomos trabalhando: a) em residência não adaptada, b) em barracas ou bancas e c) sem instrumento e sem equipamento – condições de trabalho que indicam, na média, maior precariedade. Por outro lado, há uma maior proporção de autônomos trabalhando sem instrumento e com equipamento, com equipamento automotivo e em residência adaptada. Essas mudanças, apesar de não muito pronunciadas, ajudam a explicar parte da melhoria do rendimento recebido, indicativo de que durante a expansão há maiores oportunidades para o trabalho autônomo caracterizado por menor grau de precariedade.

Em relação ao rendimento, a elevação bem acima da média se deu para os autônomos sem instrumento e com equipamento (40,4%), enquanto que para os autônomos em residência não adaptada (7,5%) e para aqueles com equipamento automotivo (18,7%) o aumento foi inferior à média verificada para os autônomos (cujo aumento foi de 28,2%). Nota-se, portanto, que a categoria que teve o maior aumento requer alguma capacitação e implica menor precariedade, enquanto o pior resultado se verificou para o grupo em trabalho mais precário.²¹ Esse resultado está portanto em sintonia com o que acredito ser uma das principais conclusões sobre o trabalho autônomo. Com o aquecimento da economia, as oportunidades de trabalho e o rendimento se elevam para aquelas atividades melhor estabelecidas, atraindo também parte dos trabalhadores que haviam sido empurrados para atividades mais precárias.

²¹ Vale enfatizar que, entre 2001 e 2004, a queda de rendimentos foi maior para os autônomos que trabalhavam em barracas ou bancas (20,9%) e para aqueles sem instalação fixa e sem equipamentos (23%), exatamente aqueles que vivem em condições mais precárias. A queda foi menor para os autônomos com equipamento automotivo (11,5%) e para aqueles que trabalham em residência não adaptada (11,7% - Guimarães, 2006).

Tabela 11: Rendimento real médio e distribuição dos autônomos, segundo local onde funciona a empresa ou negócio - RMBH – 2004 e 2008.

LOCAL DA EMPRESA	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$ NOV. 2008)	
	2004	2008	2004	2008
Residência adaptada	7,5	8,0	701,00	875,00
Residência não-adaptada	16,3	14,4	440,00	473,00
.....				
Fora da residência	35,3	34,6	915,00	1143,00
Barracas ou bancas	2,2	1,4		(...)
.....				
Equipamento automotivo	6,6	8,0	1246,00	1480,00
.....				
Sem instrumento com equipamento	27,6	29,8	527,00	740,00
Sem instrumento sem equipamento	4,5	3,8	372,00	477,00
Total	100,0	100,0	702,00	900,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

5. A influência da Escolaridade sobre os rendimentos:

Desde as mudanças mais pronunciadas no mercado de trabalho que se seguiram à crise do fordismo, aumentos na escolaridade e na qualificação vêm sendo defendidos como a solução para as dificuldades do mercado de trabalho. Enfatiza-se, sobretudo, a necessidade de aumentar a produtividade e a competitividade, adequando os trabalhadores às novas exigências do paradigma produtivo. Apesar de não haver dúvida de que a escolaridade esteja mais valorizada no novo paradigma, não se pode exagerar o papel dessa variável no novo contexto do mercado de trabalho. Os trabalhadores vêm sofrendo perdas, no mundo inteiro, como resultado do enfraquecimento dos sindicatos e das modificações nas relações de trabalho, implicando menores direitos trabalhistas. Inclusive o grupo com maior escolaridade sofreu com as novas tendências, tendo enfrentado tanto o fechamento de postos como a redução dos direitos.

Feita essa ressalva, não há dúvida que a escolaridade continua a ser uma variável essencial para entender as diferenças de oportunidades e de rendimentos no mercado de trabalho. A taxa de participação é bem maior e o desemprego é bem menor entre aqueles com ensino superior. Resultados mais favoráveis também se verificam, na média, para aqueles com ensino médio completo, que apresentam vantagens em termos de renda e de menor desemprego em relação àqueles que concluíram apenas o ensino fundamental.²² Em relação aos grupos de escolaridade, os ocupados com segundo grau completo é aquele que mais tem crescido, dado o grande número de pessoas que vem concluindo, anualmente, o segundo grau. Esse resultado, no entanto, deve ser visto com certa cautela, uma vez que a conclusão desse grau, muitas vezes obtida por meio de cursos de pouca qualidade (como os supletivos), pode ter um impacto muito limitado sobre a qualidade do trabalhador e sobre a produtividade. Ao mesmo tempo em que cresce o grau de escolaridade, o mercado amplia suas exigências, de forma que a conclusão do segundo grau torna-se um diferencial menos importante do que foi no passado, passando a ter um impacto mais limitado sobre a renda (Fundação João Pinheiro, 2003; Guimarães, 2006).

Nota-se, quando se observa as regiões metropolitanas, que houve, durante o período de reestruturação, um crescimento muito maior da ocupação para o grupo com ensino superior.²³

²² Para dados para Belo Horizonte, ver Rodarte, Garcia e Guerra (2007).

²³ Entre 1992 e 2004, o número de ocupados nas regiões metropolitanas com mais de 11 anos de estudo sobe de 11,8 milhões para 28,1 milhões (Lima e Abidal, 2007)

Segundo Ramos e Brito (2003: 46), aproximadamente 60% dos novos postos gerados entre 1991 e 2002 foram ocupados por indivíduos com alguma formação universitária (ou seja, aqueles que pelo menos ingressaram na universidade). Embora esse aumento esteja refletindo também o crescimento no número de indivíduos com formação universitária, aponta também para a maior valorização, pelo mercado, de pessoas com formação superior. Um ponto central é saber se o aumento da escolaridade tem se traduzido em postos condizentes ou se tem levado ao subemprego dos novos graduados. É bem factível acreditar que parte dos novos formandos continuam a desempenhar as mesmas atribuições anteriores, o que contribui para a redução da remuneração média dos ocupados com nível superior.²⁴

Em meio a todas essas tendências, a escolaridade continua central para explicar as diferenças de rendimento no Brasil; o diferencial de renda entre grupos de escolaridade é bem superior no Brasil quando comparado com países mais desenvolvidos e com grande parte dos países em desenvolvimento. Assim, é importante observar se, como resultado do aumento da escolaridade e de outros fatores, essa influência vem se reduzindo. Para o período em questão, notamos a redução das diferenças de renda média entre os grupos de escolaridade, fator que vem contribuindo para a melhoria na distribuição de renda.

Evidências da RMBH no período recente

Nota-se, entre 2004 e 2008, o aumento no grau de escolaridade entre os ocupados, com o crescimento da participação de indivíduos com segundo e terceiro grau completos. Enquanto em 2001, apenas 40% dos ocupados tinha pelo menos o segundo grau completo, essa proporção passou para 47,5% em 2004 e para 55% em 2008. Já a proporção de ocupados com terceiro grau completo passou de 10,6% em 2001 para 12,1% em 2004 e 15% em 2008. No outro extremo, a proporção dos ocupados sem o primeiro grau completo caiu de 33% em 2004 para 26% em 2008. Os resultados refletem duas tendências: o crescimento do grau de escolaridade da população, em geral, e as maiores exigências do mercado de trabalho.²⁵

Tabela 12: Rendimento real médio e distribuição dos ocupados, segundo graus de escolaridade – RMBH – 2004 e 2008.

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ NOV. 2008)	
	2004	2008	2004	2008
Até a 4ª série do 1º grau	19,2	14,2	501,00	622,00
5ª a 7ª série	14,2	12,4	550,00	655,00
1º grau completo	19,2	18,4	617,00	720,00
2º grau completo	35,4	40,0	917,00	1020,00
3º grau completo	12,1	15,0	2735,00	2742,00
Total/Média Geral	100	100,0	947,00	1122,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

²⁴ A capacidade de absorver essas pessoas com maior escolaridade aponta para os setores que em geral mais os empregam. Segundo Lima e Abidal (2007), esses setores são principalmente o setor público e os serviços sociais e produtivos. A maior remuneração é encontrada na indústria e nos serviços produtivos.

²⁵ O que inclui, como destacado, as maiores dificuldades para os trabalhadores com menor escolaridade, que têm entrado na inatividade.

Em relação à remuneração, é interessante notar que o aumento do rendimento médio foi maior para as três categorias com menor escolaridade. O rendimento médio dos ocupados com até o primeiro grau completo elevou-se em 20,4%. Para os ocupados com segundo grau completo, o aumento foi de 11%, enquanto que para os indivíduos com terceiro grau completo, **o rendimento real médio não se elevou**. O resultado reflete portanto uma redução nos diferenciais de renda por situação de escolaridade, com impacto importante para a redução da desigualdade, dado o alto valor de mercado da escolaridade e seu grande impacto sobre a desigualdade de renda.

Alguns fatores contribuem para explicar o resultado. Inicialmente, temos o já destacado bom desempenho de setores que empregam mão de obra menos qualificada, como a construção civil, o comércio e o serviço doméstico. Nesses e também em outros setores, como a indústria, o forte aumento do número de contratações, reflexo do aquecimento econômico, tende a privilegiar, principalmente, a contratação de trabalhadores com escolaridade abaixo da média do setor. Há portanto os efeitos do aquecimento da economia, em que a interação entre a oferta e demanda tende a trazer aumentos salariais para os grupos com escolaridade mais baixa. Em terceiro lugar, destaca-se a política de aumentos reais do salário mínimo, política com grande impacto sobre os rendimentos dos ocupados com menor escolaridade. Em quarto lugar, há os efeitos do crescimento do grau de escolaridade e da escassez relativa, em alguns setores, de trabalhadores com menor escolaridade em ocupações caracterizadas por trabalhos mais ‘físicos’, o que tende a acarretar em aumento da remuneração. Por sua vez, o crescimento do número de pessoas que concluem o segundo e o terceiro grau e não alcançam, necessariamente, uma melhoria significativa nos seus postos de trabalho, contribui para a redução da renda média dos ocupados com tal escolaridade.

A situação dos ocupados com terceiro grau completo é particularmente interessante, dado que foi o único grupo que não teve aumento de rendimento real no período. É interessante notar que um aumento menor do que a média ou a diminuição da renda real média ocorreu em todos os setores de atividade. Parece refletir, em face da maior oferta de pessoas com tais qualificações, os efeitos da interação entre oferta e demanda e, principalmente, o crescimento no número de pessoas que concluem a universidade e não obtêm empregos condizentes com a sua formação.²⁶

Quando se observa a distribuição dos ocupados com terceiro grau completo, nota-se que 83% estão no setor serviços, sendo que 38% são assalariados do setor público. Embora o aumento médio dos rendimentos dos servidores públicos com terceiro grau completo (10%) tenha sido abaixo da média dos ocupados, deve-se notar que foi ainda bem superior ao aumento médio verificado para os ocupados com ensino superior. Deve-se destacar que o aumento se deu principalmente no setor serviços, tendo havido uma queda significativa na indústria e uma queda moderada no setor comércio. No caso da indústria, como apontado, o resultado pode indicar os efeitos da reestruturação do setor ou mesmo a perda de capacidade dos sindicatos em preservar os rendimentos dos trabalhadores mais antigos. Já em relação à posição da ocupação, nota-se que o rendimento dos ocupados com terceiro grau completo aumentou apenas para os autônomos (10%), tendo ficado relativamente estável para os assalariados com carteira e para os empregadores e tendo caído significativamente para os assalariados sem carteira.

²⁶ Isto é bem ilustrado pelo resultado ocorrido no setor comércio. Entre 2004 e 2008, a proporção de ocupados com ensino superior nesse setor passou de 3,9% para 6,6%. A renda média desse grupo, no entanto, reduziu de R\$2.250,00 para R\$2.197,00.

Tabela 13: Rendimento real médio e distribuição dos ocupados com terceiro grau completo por setor de atividade. RMBH – 2004 e 2008.

SETOR DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		Renda Média (R\$ NOV-2008)	
	2004	2008	2004	2008
Indústria	8,7	9,0	3722	3181,00
Construção Civil	(...)	(...)	(...)	(...)
Comércio	4,6	6,2	2250,00	2197,00
Serviços	84,7	82,3	2636,00	2697,00
Total/Média	100,0	100,0	2688,00	2742,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Em relação ao grupo que tem no máximo o primeiro grau completo, notamos um aumento da participação dos ocupados na indústria e, principalmente, na construção civil (em 3 pontos percentuais - tabela 14). Nota-se que o aumento salarial desse grupo foi maior no serviço doméstico (25,6%) e no comércio (21,2%), tendo sido menor na indústria (12,2%) e no setor serviços (15,7%). Em relação à posição da ocupação, o maior aumento se deu para os assalariados sem carteira (29,5%), seguido pelos autônomos (26%). Destaca-se também o bom resultado para os empregadores (21%), uma vez que, entre os ocupados, a renda média dos empregadores pouco se elevou.²⁷

Tabela 14: Rendimento real médio e distribuição dos ocupados com até o primeiro grau completo, segundo graus de escolaridade – RMBH – 2004 e 2008.

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ NOV. 2008)	
	2004	2008	2004	2008
Indústria	14,4	15,5	666,00	794,00
Construção Civil	9,5	12,5	605,00	718,00
Comércio	13,9	13,6	589,00	714,00
Serviços	43,1	42,7	596,00	690,00
Domésticos	19,1	15,7	335,00	421,00
Total/Média Geral	100	100,0	556,00	671,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Os resultados da regressão lançam luz sobre o impacto da escolaridade sobre os rendimentos. Vale destacar que o impacto médio de cada ano de estudo sobre a renda não se alterou significativamente em relação a 2004, situando-se em 10,2%²⁸. Quando esse dado é combinado com a redução das diferenças de renda entre os grupos de escolaridade, a conclusão é de que a melhoria na distribuição de renda está fortemente relacionada aos avanços no grau de escolaridade, ou seja, a variável escolaridade está melhor distribuída do que no passado. Essa conclusão, no entanto, não reduz a importância da redução dos diferenciais de renda entre o grupo com superior completo e aqueles com escolaridade menor.

6. Tempo no trabalho, idade e outras variáveis

Uma outra variável com impacto na renda recebida é o tempo de permanência no emprego, indicador da acumulação de conhecimento e de treinamento ou mesmo de uma política de cargos e salários. Em 2008, cada ano a mais no emprego tendia a aumentar a renda em 2%, uma redução em

²⁷ Esse dado pode indicar para maiores oportunidades, na fase ascendente do ciclo, para o empreendedorismo entre indivíduos com menor escolaridade e, portanto, em situação mais difícil.

²⁸ Em 2001, o impacto médio de um ano a mais de estudo sobre o rendimento foi 10,4 %, enquanto em 2004 foi de 10,1%.

relação aos 2,6% verificados em 2004. Notamos, em todos os setores de atividade, que a maior permanência no trabalho tende a elevar a renda (tabela 15). Ocupados com cinco anos ou mais, por exemplo, tendem, na indústria, a receber 34,5% a mais do que aqueles que estão entre dois e cinco anos no emprego. No comércio, essa diferença é de 45,5%, enquanto no setor serviços é de 58,7%. Já em relação ao rendimento médio dos ocupados que estão entre três meses e um ano no trabalho e entre aqueles que estão até três meses, a diferença é de 7% na indústria, 13,8% no comércio e 23,8% no setor serviços.

Observando o comportamento do rendimento entre 2004 e 2008, notamos que houve aumento, em todos os setores, em praticamente todas as faixas relacionadas ao tempo no serviço. A grande exceção foi a redução da renda média dos ocupados na indústria com cinco anos ou mais, que caiu 4,4%. Esse dado, em forte contraste com o que ocorre nos demais setores, é um indicador de um movimento de reestruturação na indústria, em sintonia com a redução da remuneração daqueles com ensino superior nesse setor.

Tabela 15: Rendimento real médio, por setor de atividade e tempo de permanência no trabalho- RMBH – 2004 e 2008 (preços --nov.2008)

SETOR DE ATIVIDADE	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (1)					
	Renda Média Real (2004)			Renda Real Média (2008)		
	I	II	III	I	II	III
Até 3 meses.....	508,00	418,00	516,00	769,00	549,00	609,00
De 3 meses a menos de um ano..	622,00	555,00	617,00	823,00	625,00	754,00
De 1 ano a menos de 2 anos.....	742,00	649,00	745,00	937,00	772,00	909,00
De 2 anos a menos de 5 anos.....	872,00	754,00	974,00	1139,00	897,00	1138,00
5 anos e mais	1602,00	1109,00	1610,00	1533,00	1306,00	1808,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(1) I – Indústria; II – comércio; III - serviços.

Uma outra variável relevante é a idade. Grande parte dos desempregados no Brasil são jovens e essa categoria, marcada por menor experiência, tende a enfrentar maiores dificuldades e piores remunerações no mercado de trabalho. Notamos, em 2008, uma redução do diferencial de rendimento entre todos os grupos de idade e a categoria básica (18 a 24 anos), uma tendência que também ocorreu entre 2004 e 2001. Esse é um indicador de que a renda relativa do grupo mais jovem vem se elevando. A despeito disso, nota-se ainda que as diferenças são significativas. Um ocupado entre 50 e 59 anos, com características similares, tendia a receber, em 2008, 48,2% a mais do que um ocupado entre 18 e 24 anos. Esse resultado se explica pela maior experiência e pela acumulação de qualificação e habilidades por parte do indivíduo mais velho, podendo também refletir certas desvantagens que tendem a acompanhar a entrada do jovem no mercado de trabalho.

Em relação ao sexo, nota-se que, em 2008, um homem recebia, em média, 39,6% a mais do que uma mulher com características similares de escolaridade, idade, posição na ocupação e setor de atividade. Nota-se, portanto, uma redução em relação aos 42% verificados em 2004. Esse resultado é explicado, em parte, por diferenças de nichos e postos de trabalho não captados pelas variáveis de controle, indicando um efeito de segmentação (com postos diferentes sendo oferecidos para indivíduos com características similares). Mas a diferença tende também a indicar a existência de discriminação em prejuízo da mulher.

Tabela 16: Influência da idade sobre a renda média, quando controlado pelas variáveis da regressão - RMBH – 2004 e 2008

Faixa de idade	ELEVAÇÃO NA RENDA (%) EM RELAÇÃO À CATEGORIA BÁSICA (18 A 24 ANOS)		
	2001	2004	2008
25 a 29 anos	36,5	27,9	23,8
30 a 34 anos ...	46,5	42,2	36,4
35 a 40 anos	50,0	49,0	40,5
40 a 49 anos ...	57,2	52,8	45,6
50 a 59 anos ...	55,5	52,2	48,2
60 a 65 anos	51,5	44,7	44,5

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

7. CONCLUSÃO

No período 2004 a 2008, o grau de escolaridade dos ocupados continuou crescendo e esse movimento foi acompanhado pela redução do diferencial de renda entre os grupos de escolaridade. Para isso, contou o bom desempenho da economia e, particularmente, de setores como a construção civil e o comércio, contribuindo para a criação de postos de trabalho e para a elevação da renda de indivíduos com menor escolaridade. Esses resultados autorizam, mais uma vez, a teoria do ‘Labor Hoarding’, apresentada por Ramos (1993), que destaca o maior poder de barganha e a consequente elevação da renda relativa dos indivíduos com menor escolaridade no momento de aceleração do ciclo econômico.

No entanto, a redução do diferencial entre grupos de escolaridade parece ser também consequência da expansão da escolaridade e da interação entre oferta e demanda. Havendo menos indivíduos dispostos a fazer tais trabalhos, a remuneração média tende a aumentar, como muito bem ilustrado pelo que vem ocorrendo no serviço doméstico. A redução relativa do rendimento dos ocupados com ensino superior parece também refletir um movimento similar, além da dificuldade de novos formandos conseguirem encontrar postos de trabalho afins às novas habilidades.

A política de elevação do salário mínimo teve também efeito positivo para a redução das desigualdades. Entretanto, vale aqui salientar o bom desempenho do rendimento dos assalariados sem carteira e dos autônomos, ocupados que não têm, formalmente, seus rendimentos atrelados ao salário mínimo. No caso dos assalariados sem carteira, o salário mínimo acaba sendo um indexador, contribuindo para explicar a elevação de rendimento. Já no caso dos autônomos, a grande elevação de rendimento, revertendo uma tendência de quase uma década, reflete o momento do ciclo econômico, as novas oportunidades criadas e o aumento do rendimento daqueles autônomos melhor posicionados. Acredito haver, nesse momento de recuperação, uma mudança estrutural dentro da categoria, com a redução do número de indivíduos relegados a postos extremamente precários. Esses resultados são importantes em face do grande peso da informalidade no país e também do fato de que grande parte dos pobres encontram-se nessa condição. Apesar de certas diferenças terem se reduzido, a posição na ocupação continua a ter um impacto significativo sobre a renda recebida, sobre a distribuição de renda e sobre o acesso a oportunidades.

Em termos de setores de atividades, destaca-se o ótimo desempenho da construção civil, traduzido em forte aumento dos rendimentos no setor e em maiores oportunidades para os ocupados com menor escolaridade. Mas o desempenho foi também muito bom no serviço doméstico, no setor serviços e no setor comércio. Nesse último caso, vale destacar que o bom desempenho reverte uma tendência negativa que vinha se verificando desde o final dos anos 90. Também para esse setor, a

recuperação esteve associada a uma mudança de perfil e ao aumento da oferta de postos formais e de melhores oportunidades para o emprego informal.

As mudanças da indústria se mostram as mais instigantes, possível resultado do processo de reestruturação pelo qual vem passando esse setor. Os dados parecem apontar para uma mudança na composição desse setor, com grande aumento da oferta de postos de trabalho para pessoas com menor escolaridade. Destaca-se nesse setor principalmente o mal resultado verificado para os ocupados com terceiro grau completo e para aqueles com maior tempo no emprego. Esse resultado pode estar refletindo o fato de mais pessoas terem sido terceirizadas, passando a se inserir nos serviços produtivos. Mas pode estar também refletindo uma política de menores remunerações na indústria, resultado do enfraquecimento dos sindicatos e de maior flexibilização nas relações de trabalho. Acredito que seja esse o principal sinal de mudanças mais estruturais no mercado de trabalho, dado que muitas outras tendências foram revertidas (ou amenizadas) pelo momento muito favorável de crescimento econômico, com destaque para o aumento da formalização dos postos de trabalho.

A escolaridade ainda continua a ser uma variável chave para explicar os diferenciais de rendimento, embora seja amplamente positivo que a diferença entre os grupos de escolaridade esteja se reduzindo, apontando tendências positivas para a redução do valor de mercado da escolaridade e para a melhoria da distribuição de renda. Esse resultado está muito relacionado ao maior acesso à escolaridade e às reduções dos diferenciais de escolaridade, uma vez que a sensibilidade da renda aos anos de estudo não foi significativamente afetada. Cabe destacar, no entanto, que a diferença é ainda muito grande, principalmente quando se leva em conta as diferenças de qualidade da escolaridade ofertada. Assim, junto com o maior acesso à escolaridade, apenas um esforço de melhoria significativa da qualidade, um objetivo ainda bem distante, terá capacidade de produzir efeitos mais consistentes para a redução da desigualdade de renda, ampliando e equalizando as oportunidades para mais indivíduos.

Referências Bibliográficas

- ARBIX, Glauco. “A Queda Recente da Desigualdade no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 22, n.64, junho de 2007.
- BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. “Pelo Fim das Décadas Perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil”. In: HENRIQUES, Ricardo (org). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- CHAHAD, José Paulo. “Tendências Recentes no Mercado de Trabalho – Pesquisa de Emprego e Desemprego. *São Paulo em Perspectiva* 17 (3-4): 2003: 205-217.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Determinantes da Distribuição de Renda na Região Metropolitana de Belo Horizonte – Uma Análise a Partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para 2001*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro – Centro de Estatísticas e Informações, 2003.
- LIMA, Márcia e ABDAL, Alexandre. “Educação e Trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal. *Sociologia*, Porto Alegre, nº 17, jan.jun. 2007, p. 216-138.
- GUIMARÃES, Alexandre. “Escolaridade, Ciclo Econômico e os Determinantes do Rendimento na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. In: Januzzi, Jussara; Soares, Marcy. (Org.). *As Várias Faces do Mercado de Trabalho no Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Governo de Minas Gerais, 2006, p. 36-53.

- RAMOS, Lauro. *A Distribuição de Rendimentos no Brasil. 1976/85*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- RAMOS, Lauro e VIEIRA, Maria Lucia. *Desigualdade de Rendimentos no Brasil nas Décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. Rio de Janeiro, Ipea, 2001 (texto para discussão n.803).
- RAMOS, Lauro e BRITO, Marcelo. “O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no Período 1991-2002: Tendências, Fatos Estilizados e Mudanças Estruturais.” Rio de Janeiro: *IPEA, Mercado de Trabalho (22 – novembro 2003)*.
- RODARTE, Mario; GARCIA, Lúcia e GUERRA, Maria de Fátima. “O Mercado de Trabalho em Belo Horizonte – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/2006)”. *Pensar BH/Política Social*, junho/Agosto de 2007, p. 25-31
- SEGNINI, Luciana. “Educação e Trabalho – uma relação tão necessária quanto insuficiente”. *São Paulo em Perspectiva*, 14 (2), 2000, p.72-81

Apêndice: notas sobre a regressão:

A regressão foi realizada com informações de ocupados com idade entre 18 e 65 anos, que trabalham entre 24 e 100 horas semanais e que tiveram rendimento maior que zero e menor ou igual a R\$10.700,00. Utilizando o logaritmo neperiano da renda como variável dependente, elegeram-se os anos de estudo e o tempo de permanência no trabalho atual (em anos) como variáveis independentes. A essas foi acrescentada uma série de *dummies*, procurando medir os efeitos da posição na ocupação, do sexo, da idade e do setor de atividade:

$$\ln y_t = c + b_{ij} X_t + u_t,$$

onde,

y_t = vetor da renda real auferida mensalmente pelos indivíduos

c = constante

X_t = matriz com os anos de estudo, tempo de serviço do indivíduo e com as várias *dummies* supradestacadas.

u_t = resíduo.

A categoria básica foi definida como assalariados com carteira, no setor serviços, com idade entre 18 e 24 anos e do sexo feminino. Portanto, os resultados para B indicam o efeito de cada variável sobre a renda, em porcentagem, considerando como se apenas aquela variável se modificasse e as demais permanecessem constantes.

	Unstandardized Coefficients		Standardized coefficients		
	B	std. error.	Beta	t	sig.
constant	5,07	0,001		8351	0
ANEST	0,102	0	0,491	2418	0
ID1	0,238	0	0,118	538	0
ID2	0,364	0	0,164	764	0
ID3	0,405	0	0,179	824	0
ID4	0,456	0	0,252	1009	0
ID5	0,482	0,001	0,216	896	0
ID6	0,445	0,001	0,098	501	0
POS1	-0,174	0,001	-0,056	-310	0
POS2	0,173	0	0,076	372	0
POS3	-0,125	0	-0,063	-325	0
POS4	0,504	0,001	0,13	711	0
TEMPO	0,2	0	0,196	930	0
SETOR1	0,066	0	0,033	171	0
SETOR2	0,069	0,001	0,024	127	0
SETOR3	-0,052	0	-0,025	-130	0
SETOR4	-0,096	0,001	-0,034	-168	0
SEXO	0,396	0	0,261	1373	0